



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA DEFESA EM TEMPO DE NEOCONSERVADORISMO E DE RADICALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Maicow Lucas Santos Walhers¹
Laura Cristina Gomes Lima²

Resumo: A supervisão de estágio em Serviço Social adquire nova dimensão a partir da Política Nacional de Estágio, que é compreendida como uma estratégia político-acadêmica para o fortalecimento do estágio supervisionado, num contexto de intensa precarização da formação profissional em todas as áreas. Neste contexto, o neoconservadorismo tem rebatido no Serviço Social, desafiando a categoria.

Palavras-chave: Formação Profissional. Estágio Supervisionado. Supervisão de Estágio. Neoconservadorismo. Questão Social

Abstract: Supervision of work placement in Social Work acquires a new dimension based on the National Internship Policy, which is understood as a political-academic strategy to strengthen the supervised internship in a context of intense precariousness of professional training in all areas. In this context, neoconservatism has rebuffed in Social Work, challenging the category.

Keywords: Professional qualification. Supervised internship. Supervision of Internship. Neoconservatism. Social issues.

INTRODUÇÃO

A construção do projeto de formação profissional em Serviço Social na década de 1990, materializado pelas Diretrizes curriculares de 1996, sinaliza um grande avanço para a categoria em defesa do projeto ético-político, ao dar concretude no âmbito do processo formativo da direção social da profissão; isto se dá através da compreensão de um novo paradigma, ao articular conhecimento e realidade social, ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Esta configuração do ensino de Serviço Social está alicerçada na compreensão da dimensão interventiva da profissão e à necessidade de superar a fragmentação de conteúdos e a dicotomia entre teoria e realidade social ao longo do processo formativo na graduação.

Nesta direção, as Diretrizes curriculares reafirmam o compromisso ético-político através do projeto de formação profissional e colocam o estágio como um dos elementos fundantes do processo de ensino-aprendizagem; este deve propiciar através

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista - Campus Franca. E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista - Campus Franca. E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>.

do contato do estagiário com a realidade social vivenciada no campo de estágio, a construção de um perfil profissional crítico, competente e criativo capaz de aprender as possibilidades de intervenção tendo como norte os valores humano-genéricos e a direção social construída historicamente pela categoria. Valores estes materializados no Código de Ética de 1993.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente no interior do debate acadêmico, como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes (ABRAMIDES, 2003, p.16).

O estágio, no processo formativo, é considerado atividade pedagógica obrigatória, programada entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão – supervisor de acadêmico, estagiário e supervisor de campo, através do plano de estágio, devendo articular os fundamentos da profissão, em todas as suas dimensões ético-políticas, técnico-operativas e com fundamentação teórico-metodológica, em direção da suspensão do cotidiano, através da mediação das categorias que compõe o movimento do real, procurando numa perspectiva de totalidade, capturar os fenômenos sociais em sua dinâmica, sendo capaz de relacionar as particularidades conjunturais com as estruturais, inerentes a luta de classes e a lógica da sociedade capitalista. E, a partir desse movimento, criar respostas de fortalecimento da coletividade, dos projetos societários emancipatórios e na construção de valores humano-genéricos.

Nesta direção, a Política Nacional de Estágio – PNE de 2010 avança na compreensão dos papéis dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, deixando mais claro as atribuições dos sujeitos e os princípios e diretrizes que norteiam esta atividade curricular obrigatória. Enquanto instrumento normativo, configura-se como um importante documento que reforça e reafirma o compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora através qualidade da formação profissional frente o enfrentamento do desmonte do Estado e da ofensiva neoliberal.

Preservar esta direção política e os avanços no campo da formação profissional, configura-se como agenda política do Serviço Social através das entidades representativas – ENESSO, conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, que tem encontrado nos fóruns de debates da categoria formas de fortalecimento e de reflexão crítica em relação a profissão e sua inserção na sociedade brasileira no atual estágio de acumulação capitalista.

Torna-se fundamental refletir sobre as atuais configurações da sociedade brasileira e as determinações (im)postas para a classe trabalhadora na busca pela sobrevivência e as possibilidades de avançar no seu projeto de classe, em direção de uma sociedade justa e igualitária. E, no mesmo processo, os desafios enfrentados pelo Serviço Social na defesa da qualidade da formação profissional, consubstanciado através dos princípios, diretrizes e normativas ético-políticas construídas coletivamente em defesa histórica do projeto ético-político profissional, que possui na teoria social crítica, o fundamento para análise crítica da sociedade e de instrumentação para o exercício profissional.

[...] as normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais - por isso mesmo a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional (PAULO NETTO, 2006, p.148).

Analisar o tempo presente é sempre um desafio que se coloca para as profissões comprometidas com projetos societários mais amplos, que não se conformam com o *status quo* e que tem na historicidade sua base material para a subversão da ordem societária vigente. Reconhecer a luta de classes como motora da História é parte fundante do método da teoria social.

O tempo presente é marcado pela radicalização da questão social, onde se vivencia a barbárie do capital: intensifica-se a desigualdade social, oriunda do processo de superexploração da classe trabalhadora de um lado e de superlucros para a classe dominante.

A segurança permeia as relações sociais, não há mais garantia de acesso aos bens e serviços para a sobrevivência da maioria da população, aumenta o subemprego, o trabalho precário e a massa de trabalhadores que estão alijados do processo produtivo. Aliado a este processo, legaliza-se o extermínio de múltiplas formas da população com o uso de agrotóxicos, o aumento da criminalidade e da violência, o descarte das vidas que são consideradas improdutivas para o capital e que nunca terão acesso aos seus direitos elementares para a garantia da sua sobrevivência.

[...] a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento etc. (MOTA; AMARAL, 1998, p.35)

Iamamoto ainda acrescenta:

O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens [...] cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas (IAMAMOTO, 2012, p.147).

Este cenário coloca-se todos os dias para os profissionais de Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, desafiando na garantia dos direitos sociais e na defesa de projetos societários emancipatórios e da sobrevivência da maioria da população. Estas contradições exigem a necessidade de fortalecimento da categoria e da formação profissional elucidada nas Diretrizes curriculares de 1996. Neste sentido o estágio e a supervisão se configuram como lócus privilegiado de afirmação do compromisso do estudante com o projeto ético-político durante sua formação continuada.

1. O Debate em relação ao conservadorismo no Serviço Social: alguns elementos para análise

Analisar a influência da perspectiva conservadora no Serviço Social é fundamental para compreendermos, numa perspectiva de totalidade histórica, como esse fenômeno atravessa a profissão e se materializa nas dimensões da formação e do exercício profissional ao longo do processo histórico de constituição e desenvolvimento da profissão no mundo do trabalho, na sociedade brasileira, nos marcos do capitalismo tardio e dependente. Para Iamamoto (2007) o conservadorismo:

Supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista. É este, segundo Mannheim, o ambiente sociológico do conservadorismo, isto é, do tradicionalismo tornado consciente como um contramovimento, oponente histórico das tendências da ilustração. Reage ao racionalismo, ao pensamento com base no cálculo, necessário à universalização das relações de troca que se impõe quando a mercadoria passa a ser a mediadora por excelência das relações sociais e o lucro, o centro motor da sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2007, p. 21-22).

E apresenta alguns elementos para a reflexão da sua (re)atualização na contemporaneidade, no atual estágio de reestruturação produção, apresentando novas determinações para a categoria diante da radicalização da questão social e de suas múltiplas expressões na vida social e na classe trabalhadora, na luta em defesa dos seus direitos e do projeto emancipatório.

Nesta perspectiva, destaca-se que a gênese e desenvolvimento da profissão na década de 1930, nos marcos da sociedade capitalista, que no Brasil, ocorre de forma

tardia e dependente dos países desenvolvidos. Tal processo teve como expressão a hegemonia estadunidense e a busca de expansão do capitalismo de forma globalizada pelo mundo, no seu estágio monopolista, como particularidade sócio-histórica que apresentou as determinações estruturais e conjunturais para a articulação da burguesia, Estado e a Igreja para a formação e atuação dos primeiros profissionais vinculados as ações da Igreja Católica, que conforme nos coloca Martinelli (2007, p. 123): “historicamente, esse evento que marcou o primeiro passo da longa caminhada do Serviço Social no solo brasileiro, que já se iniciou sob o revelador signo da aliança com a burguesia”.

Os aspectos históricos do surgimento e desenvolvimento da profissão no Brasil³, mas é importante destacar que o Serviço Social tem em sua contradição orgânica, a atuação vinculada ao antagonismo da luta de classes, enquanto expressão da questão social, ao apresentar respostas ao agravamento da desigualdade social e seus rebatimentos na vida da classe trabalhadora, requerendo do Estado e da burguesia respostas as contradições do capitalismo maduro:

A profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social são fruto do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, tencionado pela guerra fria, ante as ameaças comunistas. Esse padrão de desenvolvimento demarca um largo ciclo expansionista da economia internacional, sob a liderança do setor industrial. (IAMAMOTO, 2008, p. 29)

Esta base ontológica da profissão nos remete ao caráter conservador da profissão, que está na sua constituição e desenvolvimento enquanto profissão no mundo trabalho sendo uma especialização do trabalho coletivo e o Assistente Social um trabalhador que se vê obrigado a vender sua força de trabalho ao mercado capitalista:

Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um *trabalho combinado* ou de um *trabalhador coletivo* que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais. (IAMAMOTO, 2008, p. 63-64, grifo do autor)

Como apresentado pela autora, o assistente social enquanto trabalhador coletivo tem sua inserção no mundo do trabalho para dar respostas as expressões da questão social, sejam elas através da política pública, empresa ou organizações da

³ Para maior aprofundamento do processo histórico de gênese e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, consultar: MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

sociedade civil, estas por meio do Terceiro Setor, que na atualidade ganha expressividade a partir do ideário neoliberal. Assim tem em seu objeto de trabalho – as expressões da desigualdade da sociedade capitalista, sua inerente contradição no mundo do trabalho.

O conservadorismo no Serviço Social ganha expressão durante o período ditatorial, com o golpe de 1964, instaura o projeto desenvolvimentista no país levado a cabo pela autocracia burguesa brasileira. Neste período, o capitalismo para sair da crise e se expandir mundialmente, insere os países considerados subdesenvolvidos no projeto capitalista de acumulação, produzindo a industrialização por meio do endividamento. Este projeto ganha maior aprofundamento nos anos seguintes perdurando até a década de 1960:

Os resultados gerais da contra-revolução preventiva, onde triunfou, mostrou-se nítidos a partir da segunda metade da década de sessenta: afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente, aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anti-comunista. (PAULO NETTO, 2008, p. 17)

É no período ditatorial, com o golpe de 1964, que o Serviço Social encontrará nas contradições da sociedade capitalista, as condições materiais objetivas para a ruptura com o Serviço Social tradicional. Neste período, observa-se reatualização do conservadorismo ao assumir o projeto desenvolvimentista do país. Na formação profissional, preocupa-se com o desenvolvimento de técnicas de capacitação profissional voltados para o trabalho com comunidade, articulando esforços para a participação na população no desenvolvimento econômico do país, a partir de:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (PAULO NETTO, 2008, p. 154)

Conhecida como perspectiva modernizadora, por tentar adequar a profissão no projeto desenvolvimentista do país, com influência norte-americana na formação profissional, leva os assistentes sociais a preocuparem com a capacitação técnica para intervir nas expressões da questão social. Desvinculada da dimensão teórica, acabou fragmentando e esvaziando de sentido a profissão. É importante que durante o movimento de renovação do Serviço Social, este viés perdurará até a década de 1970, aparecendo nos documentos de Araxá e Teresópolis.

O conservadorismo se atualizou na profissão durante o processo de ruptura com o Serviço Social nas décadas seguintes, convivendo com a proposta renovadora na profissão, procurando uma articulação das velhas práticas profissionais com o novo perfil exigido pela profissão; ou seja, “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção” (PAULO NETTO, 2008, p.203).

O rompimento com o Serviço Social tradicional em seus aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos foi possível através de uma maior aproximação com o marxismo e o entendimento de suas categorias ontológico e analíticas, contribuindo para a crítica radical da profissão com os interesses da classe dominante e do cenário sócio-político nacional e mundial e a compreensão da luta social e dos processos revolucionários. Este movimento teve sua expressão inicial na escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica - PUC de Minas Gerais, onde ficou conhecido como método de BH, que sinalizou a elaboração de “uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissionais e no plano da formação”. (PAULO NETTO, 2008, p. 263).

Não aprofundaremos o processo de renovação e ruptura do Serviço Social tradicional, tão suficientemente tratado por Paulo Netto (2008), mas demarcamos sua importância na análise do movimento do conservadorismo no Serviço Social desde sua gênese ao seu desenvolvimento, procurando não somente captar sua dinâmica, mas apreender as formas de respostas da profissão as suas nuances históricas e a importância da consciência crítica da vinculação da profissão com o conservadorismo e a necessidade de sua superação na formação e no exercício profissional.

A vinculação da profissão ao projeto emancipatório da classe trabalhadora, marca um compromisso político e uma direção social que busca a superação da sociedade capitalista, o que supõe o enfrentamento da própria materialidade do Serviço Social no capitalismo enquanto sociabilidade burguesa. Esta dimensão busca a defesa de uma profissão que está atenta com a realidade social, e os seus sujeitos sociais se reconhecem enquanto pertencentes a classe trabalhadora, tem clareza de suas contradições e antagonismos e possui um projeto profissional emancipatório vinculado a um projeto de classe mais amplo.

Os profissionais têm clareza dos limites estruturais da profissão que perpassa por todos os ramos profissionais por se inserirem na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. Afinal a libertação do homem supõe a libertação do trabalho alienado neste tipo de sociabilidade e o desenvolvimento do trabalho em suas potencialidades ontológicas: “embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar

concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho”. (ANTUNES, 2000, p. 94).

2. As tendências do neoconservadorismo na atualidade: desafios à formação do assistente social

Frente o cenário exposto, propomos realizar uma reflexão em relação aos desafios apresentados para o Serviço Social, tendo a formação profissional e nela compreendida a centralidade do estágio supervisionado, o objetivo da nossa análise. Buscaremos apresentar alguns elementos para pensar a influência do pensamento conservador na profissão e sua atualização no tempo presente através do viés neoconservador, que coloca novas determinações e reatualiza velhas expressões da questão social.

As múltiplas determinações do mundo do trabalho têm refletido no projeto de formação profissional em Serviço Social e na defesa da direção social da categoria. No âmbito do ensino superior, vivencia o contexto das contrarreformas nas políticas sociais e, em particular, do ensino em todos os níveis, apresentando diversas particularidades a partir do ideário neoliberal e do processo de reestruturação produtiva, que direciona o campo da ciência e da tecnologia e conseqüentemente da produção do conhecimento das diversas áreas para os interesses do capital. O desmonte da educação tem nas diversas modalidades, estratégias diferentes ligados aos interesses do capital, mas apresenta como determinante, a mercantilização do ensino, o produtivismo e a intensificação do trabalho docente.

A lógica neoliberal de mercantilização da educação apresenta propostas diferentes para o ensino superior público e privado e nas diferentes modalidades, priorizando a rentabilidade, o aligeiramento e enxugando as estruturas de ensino principalmente com o avanço do ensino à distância. Dentro desse contexto, a universidade pública tem sofrido um desmonte com a falta de repasse, perda da autonomia universitária e o não investimento em pesquisa ou priorização daquelas voltadas para o interesse do grande capital, além da dificuldade de garantir a permanência dos estudantes. Com o avanço do ensino à distância, alguns Institutos Privados de Ensino – IPS, tem fechado alguns presenciais e aberto nesta modalidade, ou colocado algumas disciplinas consideradas mais gerais e que não dispendem de grandes estruturas, nesta modalidade.

Esta estruturação do ensino superior apresenta uma lógica da formação profissional divergente ao projeto de formação do Serviço Social que está referenciado nas Diretrizes Curriculares, construído coletivamente pela Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS com a categoria, através dos seus órgãos representativos.

O projeto privatista e expansionista do modelo de educação enquanto mercadoria, tem colocado novas determinações na defesa do projeto de formação profissional e, conseqüentemente, do perfil profissional referenciado nas Diretrizes Curriculares, onde o estágio e a supervisão possuem centralidade no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício profissional. Dessa forma, é fundamental problematizar sobre os reflexos dos projetos antagônicos que norteiam as diferentes propostas de formação profissional e como a contrarreforma na educação e em particular no ensino superior tem reatualizado o conservadorismo na profissão.

A expansão do ensino superior no Brasil, revela a articulação de organismos internacionais e seus ditames à Educação brasileira. Este processo demonstra a orientação econômica em todas as esferas da vida social, o que descaracteriza o ensino em sua função essencial de formação, uma vez que alia este crescimento aos interesses do capital, ou seja, subsumida às necessidades do mercado de trabalho.

O fato do assistente social cursar graduação implica que os acontecimentos relacionados ao Ensino Superior rebatem diretamente na formação e no exercício profissional, em especial, enfatizamos no processo de supervisão, uma vez que articula as duas frentes e delas depende para a materialidade dos valores propostos no Projeto Ético-Político, tanto para a sua confirmação quanto para a imagem da profissão.

O processo expansionista rebate diretamente na precarização da formação profissional do assistente social, em especial, na esfera do estágio supervisionado e na operacionalização da supervisão, uma vez que articula instituições distintas e revela a precarização das relações e condições de trabalho tanto do profissional no espaço sócio-ocupacional quanto dos docentes nas diferentes modalidades de ensino tanto na esfera pública quanto na privada.

[...] em função de ser uma profissão assalariada, portanto inserida e submetida ao movimento e tensões do mercado de trabalho, e ao fato de o assistente social ser um trabalhador, que sofre todos os rebatimentos da crise capitalista e os influxos políticos presentes no interior da própria classe trabalhadora. (ORTIZ, 2015, p. 185).

Outra questão que pode ser identificada e foi nomeada por Iamamoto (2012) é a formação de um exército assistencial de reserva, tanto no aumento de contingente de profissionais, quanto no aumento de demanda para o estágio supervisionado, que se intensifica com a grande oferta de vagas no EaD, não acompanhando o número de profissionais que estão atuando.

O desmesurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado – em particular no ensino à distância – tem implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. (IAMAMOTO, p. 629, 2014).

Conforme o exposto no início deste trabalho, observa-se que a construção coletiva do Projeto Político-Profissional começa a enfrentar embates em relação ao novo contexto do mercado e seus determinantes (im) postos ao Ensino Superior, no qual aplica-se como bem colocado por Chaui (1995, 1999), constituindo a “universidade operacional”, com a formação instrumental, centrada em competências respondendo, portanto, as demandas da economia e do mercado.

A sociedade é atravessada por projetos sociais distintos, a defesa do Projeto Ético-Político Profissional é caracterizada pela luta na Formação Profissional pela Educação Pública, Laica, de Qualidade e para todos, ou seja, se materializa na graduação em Serviço Social, que tem sofrido um viés de contrapartida pelo grande capital investimentos exorbitantes na Educação EaD, promovendo o acesso pela via mercadológica.

Assim, defender o projeto de formação profissional, que tem no estágio supervisionado componente curricular central, se põe como uma das necessidades estratégicas para o fortalecimento de nosso projeto ético-político profissional. (ORTIZ, p. 195).

Ressalta-se que o grande número de formados no EaD implicará em possível mudança na direção social da profissão, uma vez que o que é preconizado pelas Diretrizes curriculares e pela Política Nacional de Estágio em grande parte dos cursos não é considerado, o que pode resultar em um retrocesso para a profissão.

Segundo Pereira (2013), o estágio supervisionado na modalidade EaD tem sofrido uma desqualificação, uma vez que não garante as condições necessárias para a efetivação da supervisão de estágio, com ênfase para a supervisão acadêmica, já que não há encontros sistemáticos e esta atividade ocorre de uma forma geral virtualmente. Esta situação também não garante que os tutores que realizam a supervisão tenham um número restrito de estagiários conforme prevê a PNE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa da direção social da profissão perpassa pelo exercício e pela formação profissional, salientamos que no âmbito do Serviço Social é constante o debate sobre o

posicionamento frente ao contexto atual que assola a categoria com a possível tendência do neoconservadorismo, frente aos avanços conquistados nas últimas três décadas.

Nos limites deste trabalho ressaltamos as Diretrizes Curriculares que foi construída coletivamente e que visa a superação da fragmentação com a construção dos núcleos de fundamentação, apresentando a concepção de uma nova lógica curricular.

Vale destacar a imprescindível articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, que se constituem como intrínsecos no processo formativo no espaço do estágio supervisionado, contribuindo para a construção do perfil profissional do/a assistente social. A predominância de uma dessas dimensões descaracteriza o preconizado nas Diretrizes Curriculares.

Infere-se que a intensificação da exploração na sociabilidade capitalista tem surtido embates no âmbito da formação e exercício profissional, potencializando o trabalho alienado, estranhado e que possibilita o fortalecimento de uma reação neoconservadora, que se observa em especial no espaço de formação EaD. Este contexto apresenta desafios para a formação seja no ensino presencial ou à distância.

O Serviço Social enquanto profissão comprometida com a sociedade brasileira, tem se orientado pela direção social emanada pelo projeto ético-político hegemônico no âmbito da categoria e tem se reafirmado a partir do aparato legal de resoluções e documentos que norteiam o posicionamento contrário aos desdobramentos do atual estágio do capital, que se concretizam na contrarreforma do Ensino Superior oriunda dos desmandos do mercado. Tal posição da categoria representa a defesa pela formação pública, laica e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional.** Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2000.

CHAUI, M. Em torno da universidade de resultados e de serviços. **Revista USP.** Dossiê Universidade Empresa, São Paulo, n. 25, p. 54-61, mar./maio 1995.

CHAUI, M. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. *Serviço Social & Sociedade*. 20 anos. São Paulo, nº 61, p. 118-126, nov. 1999.

FORTI, V; GUERRA, Y. (Orgs.). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. AMARAL, A. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (org.) **A nova fábrica de consensos**. São Paulo, Cortez, 1998.

ORTIZ, F. G. Projeto Profissional, formação e estágio supervisionado em serviço. In.: **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 181-198, 2015.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético- político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In.: **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.